

Fortaleza, setembro de 2026.

Minha gente das comunidades quilombolas,

Esta carta é para chegar perto, conversar de um jeito simples e dizer uma coisa importante: vocês têm história, voz e muito valor. Nossa caminhada é firme.

Cada família, cada pessoa mais velha, cada jovem e cada criança ajudam a manter viva uma parte importante da memória dos quilombolas. Ser quilombola é carregar uma história de resistência, união e cuidado. É lembrar de quem veio antes, proteger o que foi construído em comunidade e seguir abrindo caminho para quem vem depois. Essa força aparece nas histórias contadas em casa, nas celebrações, na fé, no jeito de trabalhar, no alimento preparado, no cuidado com a terra e na ajuda entre vizinhos.

Consideramos que as decisões que mexem com a vida das famílias devem respeitar o tempo da comunidade, seus costumes, suas lideranças e sua maneira de se organizar. Procuramos promover junto aos quilombolas uma escuta de verdade. A conversa tem sido direta, respeitosa e aberta para todas as pessoas. A cultura quilombola também merece cuidado.

Os cantos, as rezas, as festas, os saberes sobre plantas, o artesanato, a comida, as formas de plantar e as lembranças guardadas pelos mais velhos não são coisas do passado e procuramos valorizar esses aspectos. A juventude tem criatividade e vontade de fazer acontecer.

Ao longo dos nossos três mandatos de deputado estadual, a partir de um diálogo aberto e atento, mantivemos nosso gabinete e também a Comissão de Direitos Humanos da Alece abertos a todas as lutas quilombolas do nosso estado.

E, entre essas lutas, sempre tratamos da defesa e da afirmação da identidade quilombola (Ubaranas), da regularização fundiária, a luta pelas cotas para ingresso no serviço público, universidades...

Valorizar o povo e a cultura é apoiar quem já faz. É dar espaço para mestres e mestras, grupos, associações, mulheres, jovens, agricultores, artesãos e tantas outras pessoas que movimentam as comunidades.

Direito não pode ficar só no papel ou numa fala bonita. Precisa chegar na vida real, com informação clara, atendimento respeitoso e caminhos que as pessoas consigam acessar. Isso vale para saúde, educação, água, estrada, transporte, moradia, trabalho, renda, internet, documentação, cultura e proteção do território.

Quando uma família precisa de um serviço público, ela merece ser recebida com dignidade. Quando uma comunidade apresenta uma necessidade, sua palavra deve ser levada a sério. E quando existe uma política ou um projeto que pode ajudar, a informação precisa chegar de forma simples, sem burocracia desnecessária e sem deixar ninguém para trás, e é essa nossa pegada na defesa dos direitos quilombolas que agora queremos levar para o Congresso Nacional.

Também é necessário fazer a luta contra o racismo e qualquer forma de discriminação. Nosso mandato atendeu a várias demandas de enfrentamento ao racismo para que nenhuma pessoa seja desrespeitada por sua cor, sua origem, sua fé, seu jeito de falar ou por pertencer a uma

comunidade quilombola. Respeito não é favor. É um direito de cada pessoa. Desenvolver sem apagar a história. Melhorias e oportunidades são bem-vindas quando respeitam a terra, a água, os lugares de memória, os modos de viver e as decisões da comunidade.

As comunidades já têm organização, experiência e pessoas que cuidam do bem comum. Associações, lideranças, grupos culturais e iniciativas locais precisam ser reconhecidos e fortalecidos. O apoio funciona melhor quando soma com o que já existe, e é assim que nós pensamos em fortalecer as organizações locais, as articulações e redes, em vez de chegar querendo começar tudo do zero.

As mulheres quilombolas, que tantas vezes seguram a vida da família e da comunidade, merecem apoio, proteção e espaço nas decisões. E as crianças merecem crescer com orgulho de suas raízes.

O caminho que esta carta defende é simples: presença, diálogo e compromisso com a dignidade do povo quilombola. É reconhecer que não existe solução feita de longe.

As melhores respostas aparecem quando o poder público, as instituições e a sociedade aprendem a caminhar ao lado das comunidades, com transparência e responsabilidade.

Vamos continuar a luta pelo fortalecimento dos povos quilombolas, contribuindo para as políticas públicas nos estados e municípios; pela proteção e garantia dos direitos destes povos, de sua identidade e cultura.

Como foi o caso da nossa proposta, em coautoria com a então deputada Augusta Brito, que ampliou a lei de cotas para o acesso à graduação, de modo a incluir estudantes indígenas e quilombolas, e possibilitou o ingresso na pós-graduação, por meio da Lei nº 18.825, de 3 de junho de 2024. Também apresentamos projeto de lei, em coautoria com a deputada Jô Farias, para instituir cotas para quilombolas nos concursos públicos do Estado do Ceará.

Nessas eleições, teremos, de um lado, a direita e o bolsonarismo, propondo ao país sua agenda de intolerância cultural e racismo. De outro, o nosso campo, reafirmando sempre a necessidade de fortalecermos as políticas públicas de defesa e promoção do povo negro e quilombola.

O futuro das comunidades quilombolas fica mais justo quando as comunidades quilombolas são respeitadas, valorizadas e incluídas em todas as conversas que dizem respeito à sua vida.

Defendemos um país efetivamente democrático, que respeite e valorize sua diversidade. É por isso que venho pedir seu voto para deputado federal. Para levarmos nossas lutas para Brasília, amplificando nossas conquistas em escala nacional. E também para nos somarmos a outras vozes e mandatos que também se dedicam a essa luta em defesa dos povos quilombolas e de seus modos de vida.

Recebam um abraço cheio de respeito a cada família, a cada liderança, a cada pessoa mais velha, a cada jovem e a cada criança. Que a força dos antepassados continue iluminando os caminhos e que ninguém precise caminhar sozinho. Com respeito e compromisso coletivo.

Bora?

